



Em busca de uma mídia 'mais' cidadã!

MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina; SATHLER, Luciano (orgs). *Mídia cidadã, utopia brasileira*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006. 247 p.

Imprensa local e comunitária; direitos da comunicação e propriedade intelectual; inclusão e exclusão da mulher no complexo midiático; legalidade e repressão nas rádios comunitárias; resistência e coexistência na folkmídia; receptor passivo e emissor ativo. Estes e outros contrapontos podem ser conferidos em *Mídia cidadã, utopia brasileira*, organizada pelos professores José Marques de Melo, Maria Cristina Gobbi e Luciano Sathler. A obra é uma compilação dos debates realizados no Seminário WACC/Unesco/Methodista de Mídia Cidadã, ocorrido entre os dias 28 e 30 de novembro de 2005, na Universidade Metodista de São Paulo.

O evento proposto pela WACC (Word Association for Christian Communication) para a Cátedra Unesco-Methodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, traçou um esboço do mapa brasileiro de mídia cidadã, tendo como referentes centrais às questões da propriedade intelectual e da diversidade cultural, no âmbito da sociedade do conhecimento.

Durante os três dias de seminário, os participantes foram divididos no grupo dos 'agentes institucionais', composto pelas instituições que promoveram e financiaram o projeto, e no grupo dos 'agentes intelectuais', composto por pesquisadores, especialistas, representantes da sociedade civil, agentes midiáticos, estu-

dantes e acadêmicos, responsáveis pelas discussões, análises, formatação dos documentos e realização do evento.

Na plenária de encerramento foi aprovada por unanimidade a “Carta de São Bernardo”. Em síntese, o documento reconhece que “o princípio universal do direito à comunicação, legitimado em nível mundial, como tantos outros, ainda não está assegurado no Brasil, devido a fatores políticos, econômicos e sociais. Proclama que a exclusão social, agravada pela qualidade da educação, restringe ainda mais esse direito, dificultando o acesso aos meios e, sobretudo, à produção de conteúdo por parte dos diferentes grupos sociais. E esclarece, finalmente, que na sociedade midiática, a cidadania inclui não só o acesso à informação, mas a sua compreensão, propiciando aos cidadãos assumir o devido protagonismo nos processos de comunicação” (p. 242-3).

A obra está dividida didaticamente em cinco capítulos: I - Cenários, II - Eixos focais, III – Territórios midiáticos, IV - Mão e contra-mão e V - Finalmente.

No capítulo I, o titular da Cátedra Unesco-Methodista de Comunicação, José Marques de Melo, descreve o cenário da “Mídia e cidadania no Brasil”. Ele afirma que o povo brasileiro, desprovido de suportes midiáticos e destituído de referentes simbólicos, foi criando sua própria mídia – artesanal, arduosa e criativa. “Trata-se do embrião da mídia cidadã, que ganharia densidade, mas não necessariamente legitimidade, na fase posterior à independência nacional” (p. 22). Um segundo cenário, descrito pelo vice-presidente para a América Latina da WACC, Luciano Sathler, está no artigo “Cúpula mundial sobre a sociedade da informação: desafios da governança global para a sociedade civil”. Nele, o autor explica a relevância da convocação da ONU (Organização das Nações Unidas) para discutir o aumento da concentração de poder nas mãos de países e empresas que dominam os meios de produção, armazenamento, disseminação e uso da informação. “O que já era ameaçador, com as redes de rádio e televisão que ultrapassam fronteiras, tornou-se exponencialmente mais intrusivo e de difícil controle para governos nacionais, graças à informática, à internet e à convergência das mídias” (p. 35).

No capítulo II – “Eixos focais” –, Cosette Castro faz uma breve retrospectiva das transformações na área da comunicação e da cultura, do final dos anos 1980 aos dias atuais. No artigo “Sistema nacional do espaço global”, a professora aborda questões como inclusão digital, sociedade em rede e as novas tecnologias das tevês e rádios digitais.

Edgar Rebouças, em “Os direitos à comunicação e o regime de propriedade intelectual”, discorre sobre a evolução da regulamentação das comunicações no Brasil entre 1808 e 2005. Ele afirma que o estabelecimento de políticas públicas em comunicação está diretamente ligado à vontade do poder público em criar procedimentos, normas, mecanismos institucionais que propiciam o relacionamento entre a mídia, a esfera política, o mercado e o público.

A questão de gênero é discutida por Helena Corazza no artigo “Inclusão/exclusão da mulher no contexto midiático”. Ela faz um resgate da militância feminina – no contexto mundial e brasileiro – na imprensa, no rádio, na televisão, no cinema, na propaganda, nos trabalhos alternativos e de ONGs (organizações não-governamentais), no mercado de trabalho e nas pesquisas acadêmicas.

O capítulo III – “Territórios midiáticos” – traz reflexões de quatro pesquisadores, respectivamente, sobre imprensa local, rádios comunitárias, folkcomunicação e mídia digital.

Beatriz Dornelles afirma que o fenômeno de crescimento da mídia local no Brasil, em quantidade e qualidade, é resultado de vários fatores, dentre os quais o cultural, o econômico, o político, o ideológico e o educacional. “A imprensa local surge com características próprias da cultura interiorana, ou seja, decorrente de uma iniciativa individual interessada no sucesso econômico do empreendimento, onde se manifestam originalidade e pluralidade de identidades” (p. 100).

Lílian Bahia relata que os desafios das rádios comunitárias se ampliaram desde as décadas de 1970 e 1980, quando ocorreram as primeiras transmissões de rádios não-comerciais no Brasil. Ela exemplifica os casos da Rádio Favela e da Rádio Inter-FM, descreve uma pauta de reivindicações e termina citando a legislação brasileira e algumas propostas de alteração desta lei.

Oswaldo Meira Trigueiro confirma que, na folkcomunicação, o enfoque da pesquisa não está na comunicação e na cultura em si, mas nas suas relações sociais presentes nos diferentes sistemas de convivência cotidiana das pessoas e dos grupos sociais. O professor ainda descreve o ativismo e a produção folkmidiática, além dos conflitos e interações na sociedade midiaticizada.

André Barbosa Filho e Cosette Castro mostram dados da mídia digital no Brasil e no mundo. Em 2003, o Brasil tinha apenas 11,4% dos domicílios com computador. Em países africanos, somente um entre 250 habitantes usa a internet, comparado com um em cada dois americanos e europeus. Os pesquisadores apontam soluções para diminuir a exclusão digital no país, como, por exemplo, o aumento de acessos em regiões com dificuldade, a instalação de telefones públicos e a ampliação de serviços de utilidade pública. Entre os projetos que estão sendo desenvolvidos no Brasil, consta o programa Computador Para todos, o programa de Info-Inclusão Pelas Escolas e o Sistema Brasileiro de Televisão e Rádio Digitais.

O capítulo IV – “Mão e contra-mão” – traz artigos sugestivos debatidos no seminário WACC/Unesco/Methodista, entre os quais: “Mídia nacional no contexto regional e global: uma questão tecnológica?”, de Anamaria Fadul; “Propriedade intelectual e políticas de comunicação”, de Graça Caldas; “Participação da mulher na mídia”, de Maria Otilia Bocchini e Sandra Reimão; “Utopias e desencantos”, de Adolpho Queiroz; “Desafios: difundir-se e tornar-se comunitária”, de Desirée Cipriano Rabelo; “Rádios comunitárias: entre controvérsias, legalidade e repressão”, de Círcia Peruzzo; “Rádios comunitárias: a luz no final do túnel?”, de Moacir Barbosa de Sousa; “Folkcomunicação: mediação, mediação e mediação?”, de Daniel Galindo; “Folkmídia: da resistência à coexistência”, de Cristina Schimidt; “Mídia digital”, de Sebastião Squirra; e “Do receptor passivo ao emissor ativo”, de Marcelo Sabbatini.

No capítulo V – “Finalmente” –, Maria Cristina Gobbi transcreve a Carta de São Bernardo do Campo e explica a ação dos “agentes realizadores” e dos “agentes intelectuais” no semi-

nário. Foram 32 participantes – entre ativistas midiáticos e jovens pesquisadores –, divididos eqüitativamente em quatro territórios privilegiados: imprensa local, rádios comunitárias, folkcomunicação e mídia digital. Para orientar a discussão, as atividades foram divididas em três eixos focais: o contexto midiático, as políticas públicas e a questão de gênero. A metodologia aplicada foi a produção prévia de documentos básicos, encomendados a especialistas, e documentos setoriais, que serviram para integrar os grupos. Este modelo de discussão-seguida-de-produção mostrou-se eficaz.

O aprendizado pós-seminário foi de que nós, ativistas midiáticos e pesquisadores, devemos provocar e ampliar a participação da sociedade civil, da comunidade empresarial, de lideranças governamentais e do terceiro setor na discussão sobre direitos de propriedade intelectual e sociedade da informação e do conhecimento.

Bruna Vieira Guimarães

Jornalista formada pela Universidade Metodista de Piracicaba e mestranda em Comunicação Social na Universidade Metodista de São Paulo.